



LER, ESCREVER E CONTAR NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1930 A 1970: ALGUMAS REFLEXÕES

Andréa Maria do Espírito Santo

Márcia Regina do Nascimento Sambugari

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: O presente trabalho apresenta o contexto histórico da Educação no Brasil no século XX, anos de 1930-1970, relacionando-o com as escolas primárias, a alfabetização e o ensino de Matemática no referido período. O objetivo consistiu em analisar as situações que ocorreram com a educação e seus desdobramentos históricos na educação e alfabetização em nosso país. Para tanto, foram utilizadas fontes bibliográficas da área que tratam de questões como: (i) o crescimento acelerado da população dificultando o acesso à escola, com isso ocasionando as altas taxas de analfabetismo; (ii) a introdução da cartilha como instrumento dos métodos propostos para o ensino da leitura e escrita, e (iii) o ensino da matemática. Com o estudo em questão, verificou-se neste período o Brasil passou por muitas reformas, dentre elas na educação. As reformas mostravam a expansão em todos os graus de ensino, contudo, favorecendo grupos de prestígio e poder, excluindo os menos favorecidos. Verifica-se que o período analisado ocasionou diversas reformas, e entre elas, a educação primária não era a prioridade. O início de uma alfabetização mais coerente, conquistada na década de 1960 não representou somente retrocessos, pontos negativos, mas também avanços, o acesso à educação primária, passou a ser garantido como gratuito e obrigatório para todos, representando um grande avanço à diminuição do analfabetismo, crianças começaram a ser iniciadas na leitura e escrita, com apoio de vários métodos que surgiram, estudiosos preocupados com a questão que crescia bruscamente a cada ano. Percebe-se um movimento histórico no qual o acesso à escola foi sendo garantido, o material didático era presente, o analfabetismo estava diminuindo, porém, a educação ainda precisava de melhores cuidados.

Palavras-chave: Leitura; escrita; matemática.

Introdução

No presente são apresentadas algumas reflexões decorrentes de estudos realizados no curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN). Trata-se de um estudo bibliográfico e documental voltado a reflexões teóricas sobre a maneira de como era tratada a educação primária nos tempos de 1930 a 1970, período de muitos desafios para a expansão das escolas e da escolarização no Brasil.



O interesse na temática surgiu devido ao tema de pesquisa de mestrado voltado para a Matemática em tempos de pandemia da Covid-19, nos motivando a perceber como o ensino da leitura, escrita e da Matemática foi se configurando. Tomamos como fundamento de leitura as discussões do livro “História das Ideias Pedagógicas no Brasil” de Dermeval Saviani (SAVIANI, 2008), e, mais especificamente, para a alfabetização com a obra de Maria Luiza Marcílio “A História da Alfabetização” (MARCÍLIO, 2016), que faz uma reflexão sobre a escolarização nos tempos de 1930 a 1970, enfatizando a escola primária - a alfabetização.

Na década de 1930, o então presidente Getúlio Vargas cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública com a função de “despacho dos assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar”. O primeiro ministro da Educação foi Francisco Campos, não tinha interesses voltados para o ensino primário, e sim para o secundário. Mas com o decorrer dos tempos, inúmeras reformas surgiram, proporcionando assim, um olhar para o ensino primário. Com a expansão das escolas normais, os grupos escolares acabam de vez com a imposição do Governo Militar imposta de cima para baixo sobre a maneira que a educação aconteceria.

O uso da cartilha, um material didático de acesso a população mais carente e a matemática como o ensino de regras, conceitos e execução de problemas, buscavam melhorar as taxas de analfabetismos que o Brasil apresentava. A cartilha tornou-se o principal instrumento de efetivação dos métodos propostos para a alfabetização e, assim como a leitura e escrita.

Conforme aponta Marcílio (2016), a cartilha ocupou, ao longo de muitos anos da história da alfabetização, o ponto primordial no processo de aprendizagem da cultura escrita, a ponto de aparecer, nas memórias das pessoas. É comum vermos pessoas ao lembrarem de seu processo de alfabetização e de suas cartilhas se emocionarem. Para muitos, esse processo não traz boas recordações, a cobrança e os meios para aquisição do aprendizado era sob torturas dentro do campo educacional, já para outros, o método funcionou com êxito, era de grande alegria e realização, a conquista da leitura e a escrita ao serem adquiridas. Este objeto da cultura escolar – a cartilha, parece se configurar numa descarga de lembranças de um momento crucial na vida das pessoas: a conquista do conhecimento. Como sabemos que cada um tem uma maneira de aprender, e isso não é coisa dos tempos modernos, a cartilha não agradava alguns, isso porque,



a repetição, a cópia e o treino constante mantido pelo ensino tradicional, não era bem aceito. E até hoje na sociedade atual, podemos ver o quanto ainda se faz uso deste método de ensino, por vários segmentos educacionais.

Dessa maneira, este trabalho teve o objetivo de analisar as situações que ocorreram com a educação e seus desdobramentos históricos na educação e alfabetização em nosso país.

1930 – Tempos de reformas, muitas reformas

Em 1930, início da chamada de Era Vargas, uma série de leis regulamentou e padronizou o ensino em todo o Brasil. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Francisco Campos, que implantou a Reforma de 1931, teve como diferencial a criação de um Sistema Nacional de Educação, além de ter criado o Conselho Nacional de Educação, órgão auxiliava o Ministério da Educação. Em 1932, chegaram ao Brasil novas ideias, originando o movimento conhecido como Escola Nova, que influenciariam as mudanças no ensino brasileiro, surge, O Manifesto dos Pioneiros, com Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho dentre outros, num total de 26 signatários, um documento que traçava os direcionamentos para a educação brasileira, com uma proposta de reconstrução, pois:

[...] na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (AZEVEDO, 1932, p. 407).

Segundo o Manifesto do Pioneiros (1932), dentre todos os problemas do Brasil, a educação era o mais grave, apenas ela seria capaz de colocar a economia e a sociedade em nível de igualdade com o restante do mundo. Também propunha um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo para todos os brasileiros até os 18 anos, custeado pelos estados da Federação e coordenado pelo Ministério da Educação. Sugeria que fossem criadas universidades encarregadas de fazer e transmitir ciência, e, finalmente, reivindicava a “reconstrução do sistema educacional e a formação de uma sociedade humana mais justa desde o jardim da infância à universidade”. Também destaca a formação dos professores, que deveriam ter



formações apropriadas e receber uma remuneração digna para manter a eficiência no trabalho, sendo a dignidade e o prestígio necessários para um bom desempenho de sua função.

O documento finaliza ressaltando o papel do Estado frente à Educação, assim como a ideia com qual inicia:

[...] o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana. (AZEVEDO, 1932, p. 425).

Mas todos os esforços foram paralisados, devido a repressão política que a ditadura de Vargas já em 1937, impôs sobre o grupo de signatários, como consequência, houve um empobrecimento do sistema educacional que vinha sendo construído desde 1890. As escolas primárias voltaram a se limitar ao ensino de ler, escrever e da aritmética. Os professores das escolas primárias, não tinham treinamento adequados para o seu ofício, fazendo assim, haver um grande declínio na qualidade do sistema de ensino, sendo que essa preocupação com essa educação primária, teve a retomada lá pela década de 1950. (SAVIANI, 2008).

Segundo Saviani (2008), a reforma de Capanema em, 1942 dividiu o ensino em 1º, 2º, e 3º grau, sendo o ensino superior regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras. O ensino de primeiro grau era constituído pelo ensino primário de quatro ou cinco anos, sendo obrigatório para crianças de 7 a 12 anos e gratuito nas escolas públicas. O ensino de segundo grau, posterior ao primeiro, era destinado a jovens de 12 anos ou mais. Compreendia cinco ramos, sendo um deles com a finalidade de preparação para o ensino superior e os demais para formar força de trabalho para os principais setores de produção: o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal. Este último para formação de professores para atuar no ensino primário. Assim podemos afirmar, segundo Menezes (2001, s/p), que:

[...] o sistema educacional proposto pelo ministro correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação” e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar,



antes de tudo, a serviço da nação, “realidade moral, política e econômica” a ser constituída. (grifo no original.).

Essa reforma abandonou a prioridade da alfabetização, para mudar seu foco para o atendimento das necessidades das crescentes massas urbanas, deixando o meio rural de certa forma abandonado. O que reforçou, em algumas regiões, a tendência de exploração da mão de obra infantil no campo e o controle dos grandes proprietários sobre as massas nada esclarecidas e analfabetas.

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), difundiu-se a Educação para Todos. O direito à educação elementar, gratuita, obrigatória, laica e universal, é idealizada desde os tempos da Segunda Guerra Mundial, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 em seu artigo 26 afirma-se:

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Assim, se vê que a educação não fica restrita a leitura, escrita e a saber contar. Ela vai muito além, buscando valores para o cidadão de uma sociedade. Na mesma década, Saviani (2008) assinala que Anísio Teixeira se destacou como a principal figura da educação brasileira. Proferiu a conferência “A escola pública, universal e gratuita”, e seu discurso não foi bem aceito pelos representantes da Igreja Católica, fazendo assim, receber ataques vindo do Ministério da Educação sobre pressão da Igreja. Em um discurso pronunciado pelo deputado padre Fonseca e Silva, este acusa Anísio Teixeira e Almeida Júnior de “[...] contrariar os interesses dos estabelecimentos confessionais de ensino” (SAVIANI, 2008, p. 284).

O autor aponta que Anísio Teixeira, mesmo esclarecendo suas ideias:

[...] evidenciando suas convicções contrárias às diferentes formas de violência na vida social e política; manifestando sua discordância do postulado de luta de classes; reiterando à exaustão que jamais defendeu o monopólio estatal da educação [...], ainda assim, os católicos se manifestaram contra ele. Ao se oporem a Anísio, o cerne da questão não era a sua pessoa e nem as suas



convicções, mas sim o que ele defendia: uma escola verdadeiramente pública, universal e gratuita. (SAVIANI, 2008, p. 287-288).

A igreja temia a implantação e consolidação da escola pública, pois assim atenderia às demandas educacionais da população, e isso implicaria em não haver mais espaço para outro tipo de instituição escolar.

Marcilio (2016) assinala que após a conferência de Santiago, em 1962 “[...] o ensino primário teve um olhar especial, onde a meta era garantir o mínimo de seis anos de ensino gratuito e obrigatório, para todos com a idade escolar”. (MARCILIO, 2016, p. 345).

Em 1964, com a criação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), baseado no método Paulo Freire, com o objetivo de proporcionar uma alfabetização em massa, ocasionou-se uma mobilização por todo o território brasileiro que contou com a participação de agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, grupos organizados da sociedade civil, entidades religiosas, organizações governamentais civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão e o magistério. (CONHEÇA, 2020).

Em 1967, a criação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) com suas principais atribuições, constavam a assistência financeira e técnica com vistas a fomentar em todo o país a obrigatoriedade do ensino na faixa etária de 7 a 14 anos. O objetivo desse movimento era erradicar o analfabetismo no Brasil, num tempo curto. (CONHEÇA, 2020).

E, por fim, em 1971 foram fixadas as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus que tinha por objetivo principal proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (CONHEÇA, 2020).

Dentre essas citadas, muitas outras reformas surgiram no período entre 1930 a 1970, todas visando uma educação que fosse acessível a população, porém voltadas aos olhos e interesses da Igreja e do Governo.

População em crescimento e o analfabetismo

Marcílio (2016) apresenta que de 1940 a 1950, a população cresceu à razão de 2,6% ao ano, e na década seguinte 3%, e assim gradativamente. O governo, em todos os níveis –



nacional, estadual, municipal – tentava inúmeras estratégias para acompanhar o ritmo de crescimento da população infantil em idade escolar. Afirma ainda, que as crianças, em média frequentavam uma ou duas séries, chegando à 4ª série apenas 10% das crianças. A população escolar atendida era de 46% em 1948, passando para 56% em 1959, ou seja, um crescimento de 1% ao ano, enquanto a população crescia 3% ao ano.

No Brasil de 1960, uma taxa de 15,8 milhões de brasileiros não sabia nem ler, nem escrever. Abreu (1984, p. 83) assinala que “[...] sem dúvida, o impacto do crescimento demográfico do Brasil sobre esforços para a escolarização compulsória de sua população, constitui um dos problemas mais sérios para a nossa educação, vista de um ângulo quantitativo”.

O crescimento demográfico explosivo, com uma estrutura agrária que se modernizava, os deslocamentos populacionais se intensificaram, as elevadas taxas de população que migravam do Norte para o Sul do país eram intensas constantemente, isso em busca de melhores condições de vida e trabalho para as famílias. Com isso as faltas de escolas para esses públicos que migrava era volumosa, tornando assim a questão da escolarização um problema de difícil solução. Porém com as intensas pressões por mais escolas do ensino primário, foi um período de crescimento desses lugares, e por consequência, as escolas normais também cresciam, isso porque havia a grande necessidade de capacitar o professor, que a sua grande maioria eram leigos e despreparados.

Mas não foi em todo o país que esse crescimento de escolas acontecera, nas regiões de menor condição financeira, a desigualdade educacional só crescia. O desnível econômico e social principalmente no Nordeste do país era grave a ponto dos índices de analfabetismo e condições para sanar essa situação eram mínimos.

Como afirma Marcílio (2016, p. 349):

[...] para o enfrentamento contra o analfabetismo, uma série de campanhas foram criadas: o Movimento de Educação de Base, que se manteve de 1961 a 1965, e o Programa Nacional de Alfabetização, iniciado em 1963 e levado a frente pelo regime militar. Esforço que conseguiu reduzir o índice de analfabetismo de 70% para apenas 24%. Mas a redução não se deu apenas aos programas de alfabetização criados.

A autora destaca que o método de alfabetização que Paulo Freire criou foi de grande valia. Esse método criado na década de 1950, e colocado em execução somente na década



seguinte, consistia em um método próprio de alfabetização em Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, que para surpresa de muitos, foi um sucesso. O projeto conseguiu alfabetizar 300 adultos de uma população carente cortadora de cana-de-açúcar da cidade em 45 dias, partindo do conhecimento que eles já possuíam. O método inclusive para o próprio educador, é de aprender e não de ensinar, que era algo muito inovador. Considera o contexto do aprendiz e suas especificidades já que quem aprende é o aluno e o método deve atender o seu desenvolvimento, consistia em adequar o processo de ensino as características do meio.

O professor iniciava o processo de alfabetização recrutando analfabetos que moravam em sua área de trabalho, iniciava com entrevistas para conhecer melhor a cultura local. Depois, elencava as palavras de uso rotineira dessa população e começava a alfabetizar através da divisão silábica destas palavras para fazer a composição de outras, como por exemplo pode ver na afirmação de Saviani (2008, p. 325):

Para ilustrar o procedimento, o autor lança mão da palavra "tijolo". No primeiro passo, essa palavra é apresentada numa situação do trabalho em construção. Discutida essa situação, visualiza-se a palavra, que depois é apresentada sem o objeto: Tijolo. Numa nova projeção, ela aparece desmembrada em suas sílabas: ti-jo-lo. Daí se chega as famílias fonêmicas:

ta-te-ti-to-tu;
ja-je-ji-jo-ju;
la-le-li-lo-lu.

O método Paulo Freire procurava assim alfabetizar e, ao mesmo tempo, politizar através da discussão em torno das novas palavras que eram ensinadas. Partindo de uma palavra, outras eram formadas devido as possibilidades que as famílias silábicas davam, Saviani (2008) ressalta que:

[...] diante dessa ficha, os participantes do grupo vão fazendo feitura em horizontal, em vertical, em diagonal, a partir dos vários pontos possíveis, identificando e formando palavras como: "tatu, luta, tijolo, lajota, tito, loja, jato, juta, lote, lula, tela"; e podem chegar a extrapolar as combinações silábicas dadas, com resultado não previsto [...] podem chegar a construção de frase, como ocorreu com um analfabeto de Brasília que, diante da "ficha da descoberta" montada sobre a palavra "tijolo", proferiu este enunciado: "tu ja le". A partir da "ficha da descoberta" os alfabetizados iam identificando vocábulos pela combinação de fonemas conhecidos, dando sequenciamento ao processo de alfabetização. (SAVIANI, 2008, p. 326, grifos no original).



O professor se dedicava tanto à escola como aos alunos, chegando a obter resultados satisfatórios. Devido aos resultados serem bastante favoráveis ao governo brasileiro, na luta contra ao analfabetismo, a multiplicação dessa experiência foi utilizada em um Plano Nacional de Alfabetização, nas Reformas de Base que estavam sendo idealizadas pelo governo de João Goulart, foi interrompido com o Golpe Militar, fazendo assim, Paulo Freire ser exilado do Brasil por possuir uma ideologia considerada “perigosa demais” para o período.

No período de 1967 a 1973, o crescimento ainda estava bastante acelerado, e as pressões para construções de escolas estava sendo positivo. Até mesmo escolas normais para formar professores.

As Constituições do Brasil republicano determinavam como princípio básico e a educação como direito para todos, tendo como dever a escola obrigatória e gratuita, mas na prática, esse dever foi bem lento. As reformas cada iam surgindo vez mais, ora nas reformas das escolas, ora nas leis, nos decretos, e nas promessas, mas no concreto nada, pouco foi feito. Porém, o papel da mulher inicia a se tornar visível, a sua emancipação estava forte. O voto feminino havia sido aprovado, o exercício profissional como professora, domésticas e até nas fábricas e em órgãos públicos, pequenos que fossem suas funções, mas a evidência estava clara, que o personagem mulher estava sendo fortificada. (SAVIANI, 2008).

As escolas, as cartilhas e o ensino de Matemática

Como já mencionado, devido ao alto crescimento demográfico as escolas existentes não comportavam ao número de alunos matriculados, e o números de não matriculados aumentava cada vez mais. Almeida (1957) destaca que o mais rico estado brasileiro, São Paulo, sua população já havia atingido a 1 milhão de habitantes, sendo que 50% eram menores de 20 anos, em idade escolar.

Nas cidades os prédios escolares eram ineficazes, na zona rural então, nem havia se quer lugares para os professores morarem, como nos traz Almeida (1957, p. 355):

[...] na cidade faltavam prédios que permitissem trabalho eficientes. Na zona rural, além de não haver instalações escolares, não havia residência e pesão para o professor, ou, o que é mais comum, a população infantil é por demais difusa [...]. Das 700 mil crianças em idade escolar da zona rural, 130 mil encontram possibilidade de matrícula em escola pública. Para as restantes 570



mil, não há lugar [...] e o que a escola rural produz, em matéria de ensino, é geralmente pouco e inadequado [...].

Assim, mais reformas iniciaram para a construção de grupos escolares para tentar atender mais alunos. Marcílio (2016, p. 356) aponta que:

[...] os espaços escolares eram instalações sólidas, de cimento, onde em seu interior poderia ser um galpão de recreio, havia janelas grandes e a iluminação era a mais moderna da época. Porém ainda não deu para amenizar o número de não matriculados, iniciando os improvisos. Que eram galpões de madeiras, construídos dentro dos espaços de ginásticas e recreio dos alunos.

As escolas, ou espaços escolares nada tinham de oferecer de conforto, e propiciar estímulo para qualquer tipo de aprendizado. Como sempre, alunos e professores continuavam prejudicados. Outro improviso para conter a demanda de não matriculados era aumentar o número de alunos por turma. Ao invés de 35 alunos, passaria cada turma atender num mesmo espaço de 50 a 60 alunos. Nesse ponto percebia-se que a educação básica não era mais a prioridade dos governantes, ou na verdade, nunca tinha sido.

Entre reformas e reformas, a partir dos anos de 1930, de acordo com Marcílio (2016), as cartilhas passaram a ser introduzidas como material escolar para o ensino das primeiras letras. Lourenço Filho com o teste ABC, teve uma participação bastante pontual, cuja finalidade era medir o nível de maturidade necessário ao aprendizado da leitura e da escrita, visando à maior rapidez e eficiência na alfabetização. Ele escreveu duas cartilhas – Cartilha do Povo e a Upa, Cavalinho, sendo as duas consideradas de grande sucesso, cujo método abordado era de silabação, como o de palavração. Onde iniciava-se pelas vogais, passando pela combinação dessas vogais que se formava nos ditongos, e as consoantes iam sendo apresentadas, fazendo união com as vogais, formando as famílias silábicas. As letras manuscritas, e de imprensa, sendo descritas em minúsculas e maiúsculas.

Mais tarde apareceram outras cartilhas de grande sucesso também, a Cartilha Sodré e a Caminho Suave. As duas tiveram grande repercussão na história da alfabetização brasileiro, porém a Cartilha Caminhos Suaves, continua sendo utilizada até os dias atuais (MARCÍLIO, 2016).

As cartilhas faziam parte da rotina escolar da grande parte da população que se encontravam nas escolas, sejam elas no campo ou na cidade. O material escolar dos alunos,



como descreve Marcílio (2016, p. 363), “[...] dentro de uma mala, era obrigatório a presença do pequeno estojo com lápis preto, o lápis de cor, a borracha e a caneta de pena e na mão, o tinteiro [...] material básico para as aulas de alfabetização”.

Com relação aos materiais da sala de aula de uma única turma e nas seriadas, a autora aponta que:

[...] o material escolar era um quadro negro de giz, o aluno tinha somente, uma lousa de duas faces, os exercícios passados copiados e estudados pelos alunos, pois tinha que ser apagados, para as novas tarefas daqueles dias de aulas [...] somente no segundo ano, a classe era de três séries para um mesmo professor, comecei a usar o lápis, o caderno e a caneta com tinteiro preso na carteira, livros eram raridades naquela época e foi no terceiro ano que tivemos o primeiro livro de leitura, o autor desse livro [...] ensinava a ética, a responsabilidade do estudante através de seus textos. (MARCÍLIO, 2016, p. 364).

A alfabetização seguia com o processo de facilitar a aquisição da leitura e escrita, as cartilhas estavam auxiliando muito. Mas simultaneamente, o ensino da matemática era introduzido para as crianças. Os números de 1 a 10, seriação e com a noção de quantidade era colocado com o auxílio de pedrinhas, feijões e materiais de sua vivência quantificar era uma proposta já desde aqueles tempos. E com esse conhecimento adquirido, os conteúdos aumentavam, de 1 a 90, e depois para as centenas, e assim por diante dependendo do nível que se encontrava o aprendizado. (MARCÍLIO, 2016).

Marcílio (2016) ressalta que as quatro operações, adição, subtração, multiplicação e divisão eram ensinadas nesta ordem, os numerais romanos, e a sequência de realização dos problemas eram regras para o aprendizado da matemática. A repetição usada como exercício de aprendizagem na leitura e na escrita, em matemática era pontuação. A cópia, ditado, composição e lição de casa eram meios dessa repetição.

A autora cita que Lourenço Filho, defendia que:

[...] o lugar das discussões sobre os métodos de ensino, o importante seria selecionar os alunos que entram na escola por graus de maturidade para a aprendizagem da leitura e da escrita e, assim compor classes homogêneas. A aprendizagem deveria atender às diferenças individuais. [...] ao lado da discussão sobre o melhor método, passou-se, então, a debater as novas tendências envolvendo as bases psicológicas da alfabetização. (MARCÍLIO, 2016, p. 382).



No decorrer dos anos 1970, a psicologia instalou-se na educação na forma de psicologia escolar, onde passou a ocupar um posto nas propostas de educação e expansão da educação infantil, assim tentar uma solução para reverter o fracasso escolar.

Houveram muitos entraves no ensino da alfabetização do Brasil, mas também houveram buscas e várias tentativas de soluções para essa situação que há tempos já estava acontecendo, desde falta de estrutura física apropriada para receber os alunos, como a preparação dos professores de maneira mais efetiva para a atribuição de seu afazer dentro de uma sala de aula, sem deixar de mencionar que o grande crescimento demográfico desenfreado, dificultou as possibilidades que surgiam como solução.

Considerações finais

As reflexões realizadas ao longo desse texto nos permitiram retomar como era tratada a educação primária nos tempos de 1930 a 1970, período de muitos desafios para a expansão das escolas e da escolarização Brasil.

O período de 1930 ocasionou diversas reformas, e entre elas, a educação primária não era a prioridade. O início de uma alfabetização mais coerente, conquistada na década de 1960 não representou somente retrocessos, pontos negativos, entretanto, avanços, o acesso à educação primária, passou a ser garantido como gratuito e obrigatório para todos. O que representou um grande avanço à diminuição do analfabetismo, crianças começaram a ser iniciadas na leitura e escrita, com apoio de vários métodos que surgiram, estudiosos preocupados com a questão que crescia bruscamente a cada ano.

Uma busca crescente entre uma reforma e outra para tentar sanar o alto índice de crianças e adolescentes fora das salas de aula devido ao crescimento acelerado demográfico contra as pouquíssimas escolas para receber esse quantitativo.

A educação brasileira estava bastante crítica, que levou o regime militar a estabelecer medidas que desestimularam o ensino e à docência, através da falta de condições favoráveis ao acesso ao ensino, e ao de salários mais baixos e desrespeito para com a profissão de professor., porém com o passar das décadas, reformas e mudanças aconteceram no âmbito educacional, o acesso à escola era garantido, o material didático era presente, o analfabetismo estava diminuindo, mas a educação ainda precisava de melhores cuidados.



Referências

ABREU, Jayme. Problemas Brasileiros de Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 15, n. 149, p. 79-93, jan, 1984.

ALMEIDA Júnior, Antônio. Repetência ou promoção automática? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 27, n. 65, jan-mar. 1957.

AZEVEDO, Fernando. Manifesto da nova educação ao governo e ao povo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 de março de 1932.

CONHEÇA a história da educação brasileira. Ministério da Educação. [online]. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao-paginas-unicas/conheca-a-historia-da-educacao-brasileira>. Acesso em 10 abr. 2023.

MARCILIO, Maria Luiza. **História da alfabetização no Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Reforma Capanema. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema/>. Acesso em 10 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.